

HABEAS CORPUS Nº 570.164 - BA (2020/0078442-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DIEGO GARCIA BRAUNA
ADVOGADO : DIEGO GARCIA BRAUNA - BA052408
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : NEILSON SANTANA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NEILSON SANTANA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Narra o *writ* que o paciente foi preso preventivamente, no dia 17/7/2019, por suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II, IV e IV, § 2º-A, do Código Penal, c/c o art. 5º, III, da Lei n. 11.340/06, c/c o art. 14 do Código Penal.

Assevera o impetrante excesso de prazo na prisão do paciente, encontrando-se custodiado provisoriamente há aproximadamente 9 meses sem o julgamento de 5 pedidos de liberdade e um *habeas corpus* impetrado em segunda instância.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente, com a fixação de medida cautelar diversa.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO

Superior Tribunal de Justiça

ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente